

que, conceitualmente, está feito. Resta fazer a redação, escrever, e botar no papel. Não vou anunciar antes. Tendo isso, vou levar ao presidente Lula, a partir daí, a gente anuncia, transforma em projeto de lei e passa a conviver com esse acordo. Esse acordo é no transporte de passageiros. Com os aplicativos dos empregadores, ainda não houve acordo. As empresas e os empregadores acham que isso vai destruir o seu modelo de negócio.

E vai?

O problema é que muitos que estão no tal “meu modelo de negócio” enxergam o trabalhador como mão de obra escrava, que tem que trabalhar 18 horas por dia para sustentar a família. Nós, como sociedade brasileira, vamos aceitar este modelo de negócio? Que as pessoas sejam exageradamente exploradas para trazer minha comida quentinha em minutos? Não acredito que a sociedade deseje um negócio desses. Tem que ter trabalho decente. O tema trabalho tem que virar uma referência para a sociedade debater. Se eu tenho uma diarista em casa, será que se ela somar os cinco dias eventuais de diária, ela consegue sustentar a família? Alguém que queira contratar alguém diarista tem que fazer essa conta. A diarista vai ter direito, vai ter necessidade de comer, de ir ao cinema, de educar bem seus filhos, de viajar...

Tinha ministro que era contra...

Aquela fala horrorosa, preconceituosa, repressora do ex-ministro Paulo Guedes (da Economia), sobre a “farra” das diaristas e das domésticas. Elas têm direito de ir para Miami. Eu iria para outro lugar. Eu viajaria pelo Brasil mesmo.

Vários países, especialmente na Ásia, se transformaram em poucas décadas. Há chance de um processo como esse ocorrer no Brasil? Onde é preciso investir em primeiro lugar?

Educação. Nesses países que se transformaram, os jovens foram tratados com todo cuidado para se educarem. Essas bases têm que ser dadas, desde a creche, passando pelo ensino infantil, pelo fundamental, pelo ensino médio, que é a grande base. A partir daí, a pessoa toca. Nós ainda não chegamos lá. O Brasil ainda não criou essas condições. É preciso avançar em relação a isso. Avançou no governo Lula, que investiu bastante no ensino superior. O presidente Lula, sozinho, criou mais vagas em universidades do que a soma de todos antes dele. Precisamos fazer essa revolução no ensino médio. O ensino médio ficou a cargo exclusivo dos estados, inclusive chegando ao absurdo, no governo Fernando Henrique Cardoso, que retirou os institutos. Foi um grande erro, porque o ensino médio acabou ficando muito diferente de estado para estado e de região para região. Perdeu-se a unidade federativa.

Fala-se muito na necessidade de investir em ensino técnico em detrimento de outras especializações. Concorda com essa ideia?

É muita bobagem. A educação pressupõe criar cidadãos e cidadãs com visão de mundo. E, evidentemente, na educação, quando a gente fala em período integral, isso vai agregar mais coisas, inclusive, a questão mais técnica. Você tem que falar do português, da geografia, das ciências, da formação humana, e da história do Brasil, corrigir a história do Brasil — porque contaram um monte de mentira por longo período. É preciso formar a pessoa para ela ter uma visão de mundo. E tem que dar a ela a oportunidade de ter formação técnica. Se você fizer uma coisa e não fizer outra, você não está dando uma educação completa.

O ensino técnico entraria então no ensino médio?

Eu acho necessário. Com o tempo, a gente vai introduzindo, no ensino médio, a formação profissional.

O que fazer com a geração de jovens nem-nem, que nem estudam nem trabalham?

Isso é uma outra coisa que o neoliberalismo inventou. É nem-nem porque não tem oportunidade. A oportunidade é diversa, e tem que dar oportunidade também para a cultura. Desde o ensino fundamental, em vez de dar quatro horas de aula e depois mandá-lo para casa, você pode ter o complemento escolar. Temos que desenvolver para formar melhor e gerar oportunidades.



O Estado deve oferecer educação e qualificação ao jovem. E para gerar emprego, oferecer projetos de investimento. É o Minha Casa, Minha Vida, o PAC, a modernização de aeroportos, das ferrovias, das rodovias”

Quais áreas estão oferecendo essas oportunidades?

Estamos com uma parceria com a Microsoft para formar 5,5 milhões de pessoas até 2026. Não é só para o jovem. Evidentemente que o jovem tem muito mais a ver, mas isso também pode ser para o tiozinho, para o vovozinho, para quem quiser. Só a Microsoft vai fazer isso? Outras empresas também podem. Isso aqui, na verdade, é uma parceria feita no finalzinho do governo anterior. Quando cheguei, tinha menos de 100 mil pessoas. Hoje, tem mais de 1 milhão, entre pessoas que fizeram e estão fazendo os cursos.

Como funciona?

São sete trilhas: letramento digital, introdução à programação, avançado em TI, produtividade, profissionalizante, Dynamics 365, educação financeira, etc. Isso aqui é uma ferramenta a distância, mas nós temos estimulado o pessoal a propor a criação de cursos presenciais.

Isso levará as empresas a contratar?

Às vezes, o pessoal fala: é preciso incentivar a empresa a contratar o jovem. Ora, o que a empresa quer de incentivo para contratar? Subsídio. Resolve? Não. Não resolve porque vai demitir outro trabalhador para contratar aquele que você subsidia. Isso é patifaria. Então, o que resolve? Não tem milagre, é a economia. Se ela está indo bem, crescendo, gera oportunidades. Em 2003, quando Lula assumiu o primeiro governo, o estoque de trabalhadores contratados no mercado de trabalho não chegava a 22 milhões. Nós chegamos a 2014 com 42 milhões. Hoje, estamos caminhando para 44 milhões. Em 2003, o desemprego era, se não me engano, de 15,9%. No ABC Paulista, chegou a 25%. Em 2014/2015, o desemprego era 5 ponto alguma coisa. Naquele momento, todo mundo que estava no mercado de trabalho tinha colocação. Em todos os níveis. Faltou mão de obra.



Estamos com uma parceria com a Microsoft para formar 5,5 milhões de pessoas até 2026. Não é só para o jovem. Só a Microsoft vai fazer isso?”

a coisa correta. O papel da fiscalização é este. Para convencer quem não quer ser convencido na dor. Mas nós preferimos convencer no amor. Tem esse pecado no mundo empresarial.

Houve conversas com outros setores?

Fizemos pacto com o pessoal do vinho, com o pessoal do café... Eu tenho certeza que nós vamos derrubar esses números alarmantes do trabalho escravo. Na conversa, no diálogo. Temos conversas com o setor de hortifrutigranjeiros, com o pessoal da cana. Queremos fazer com o pessoal da maçã, do algodão, do agro, do fumo. Ou seja, com todos os setores.

Qual a mensagem que vocês passam?

Nós dizemos o seguinte: olha, o Brasil pode ser muito melhor do que é — e fazendo a coisa certa. Não deve haver o Estado perseguidor das empresas. É preciso propiciar que as empresas possam crescer, porque não tem melhor coisa para o trabalhador do que trabalhar por uma empresa forte. Que tenha lucro, que tenha resultado para ela partilhar o resultado. O que não pode é a empresa ter resultado e não repassar esse resultado para seus trabalhadores, para a sociedade. Não é pecado ter lucro. Pecado é ter miséria. É ter trabalho escravo, exploração de mão de obra infantil, ter gente dormindo na rua porque não tem oportunidade. Isso é que é pecado. O Lula disse isso bem para o Brasil e para o mundo. Não falta riqueza. Não falta alimento. O que falta é distribuição de renda. É qual é a melhor distribuição de renda possível que não seja pelo trabalho? Eu não consigo entender a lógica de quem fala: “Ah, o Brasil precisa reduzir”. Reduzir o quê? Precisa é aumentar os salários, e não reduzir os salários.

Isso passa a outro ponto, que a direita costuma criticar: os programas assistenciais. Eles são uma porta de entrada para o passo seguinte, que é oportunidade de emprego, não?

Perfeitamente. Foi essa a lógica do pacto com o pessoal do café. Suponha que a família do seu Luiz está no CadÚnico. A família é de baixa renda, ou não tem renda, eu trago para o Bolsa Família. Aí o café fala: eu preciso contratar gente. E o seu Luiz responde: “Olha, não me registra não, senão vou perder o Bolsa Família”. Tem de resolver isso, e nós resolvemos.

O que foi feito?

O benefício é vinculado à família, e não somente a seu Luiz. Se na família a renda per capita é muito baixa, seu Luiz pode trabalhar e pode receber o Bolsa Família porque não atingiu a proteção total da família. Entrou o seu Luiz, e entrou o filho. Atingiu uma renda. Opa, então começa a fazer a transição. Mas é a transição, que não reduz integralmente. Reduz parcialmente, até que ele se fortaleça no mercado de trabalho, e cria condições de sair do benefício. Mas uma vez que entrou no CadÚnico, nunca mais sai. Porque vamos imaginar que ele está trabalhando e tal, mas aí perdeu o emprego. Ele volta automaticamente. Então, o processo é a porta de entrada para você navegar para o mundo do trabalho, para poder sair do Bolsa Família. É criar as devidas condições. Dar proteção social.

E como rebater a crítica de que muita gente vive apenas de benefícios, ao invés de procurar um emprego que pague um salário mínimo, por exemplo?

É como diz o Biden ao empresário que reclamou que os trabalhadores não queriam aceitar a proposta: “É porque você está pagando pouco. Paga mais, que ele vai aceitar”. É disso que se trata. Quando lançou o Bolsa Família, teve gente que chegou ao absurdo de falar: “Ah, agora o pessoal não quer trabalhar mais”. Não quer trabalhar mais porque se sujeitava a trabalhar por um copo d’água e um prato de comida! Escuta, me pague mais. Me pague pelo que eu valho, pelo que o meu trabalho vale.

E o imposto sindical?

O Supremo tomou uma decisão dizendo que a cobrança sindical é constitucional. Mas não modulou — o que eu acho certo. Quem tem de modular é o Congresso Nacional. O que eu defendo é que os sindicatos de trabalhadores e de empregadores tenham direito a duas fontes de receita principais: a mensalidade e a contribuição negocial.

Como seriam?

A mensalidade, o nome fala por si. A opção negocial também; ela avisa como será feita. Tem que ter uma negociação. Você remete à lógica da prestação de serviço dos sindicatos, tanto de trabalhadores quanto de empregadores. Qual a principal prestação de serviço de um sindicato? É dar garantia jurídica a partir do resultado da negociação. Quando você faz um acordo, você pode aprovar uma contribuição em assembleia. Mas aí a direita fala: “O trabalhador tem direito a oposição; pode mandar um zap ao sindicato dizendo que não quer pagar”. Ora, organização coletiva se decide coletivamente. Não é individual.

Por quê?

Pegue o exemplo do condomínio. Os condôminos se reúnem em assembleia. O síndico apresenta uma proposta de investimento no condomínio. A assembleia pode decidir que não vai ter investimento. Mas se a assembleia definir que vai ter investimento, se eu falei que sou contra, eu posso não pagar o que faz parte do rateio? Tem que pagar. É uma organização coletiva. O sindicato é a mesma coisa. “Ah, não quero pagar”. Você abre mão do seu aumento real? Abre mão da participação do resultado? Ah não, o acordo é para a categoria. Se o acordo é para a categoria, é coletivo. E se é coletivo, tem contribuição. Ponto. O empresário vem com essa conversa: a empresa pode se recusar a contribuir para o sistema? Não, não pode. Então por que é que o trabalhador pode? Negociação coletiva é conceitual. Então essa coisa esquizofrênica da ultradireita de dizer que pode, que não pode, de direito individual... Que conversa é essa? O direito individual está garantido. Eu tenho direito a religião, a torcer, a ir e vir. Agora, quando se trata de organização coletiva, a decisão é coletiva. Não é individual.

O que o senhor defende, então?

A lei tem que criar essa autorização (para contribuir). Agora, as entidades têm que cumprir requisitos. Quais? Transparência. O direito de toda a categoria participar e votar, e não só os associados. Se o acordo vale para todos, todos têm o direito de participar. Aprovar os benefícios e junto aprovar a sua eventual contribuição, se assim a assembleia decidir. Porque a assembleia pode rejeitar. Então, é criar de fato a liberdade. Tem que ter mandato, de no máximo quatro anos. Tem sindicato aí que a transição é hereditária, de pai para filho. Não pode. Tem que ter eleição.

Qual é o problema do FAT?

O ministro Paulo Guedes fez uma emenda constitucional dizendo que o FAT também tem a tarefa de financiar despesas da Previdência. Então, quando há déficit previdenciário, o Fundo transfere ao Tesouro Nacional recursos para ajudar a cumprir as obrigações. Isso acontece desde 2021. Foram R\$ 11 bilhões em 2021; R\$ 18,6 bilhões em 2022; R\$ 22,7 bilhões em 2023. A previsão de 2024 vai ser menor, de R\$ 18,4 bilhões. Estamos propondo que o Tesouro deve devolver esses recursos até 2032. Na reforma tributária, devem inserir lá que essa transição ocorrerá até 2032, parcelado para manter a política futura. Isso é um equívoco.

O senhor considera isso um equívoco?

Equívoco? Isso é um crime. O FAT existe para preservar, cuidar do desespero, da capacitação profissional, da formação profissional, para garantir o seguro desemprego e de catástrofe, como agora no Rio Grande do Sul e na Amazônia. Você não pode enfiar isso, desviar da finalidade, como foi feito pelo governo anterior. O Jair Bolsonaro queimou R\$ 300 bilhões só no processo eleitoral. Se não fosse a PEC da Transição, o Brasil estava parado, dado o desarranjo que os caras fizeram nas finanças públicas. A tarefa de tapar esse buraco é imensa.

De onde vem sua facilidade com números?

Eu quase fiz economia. Quando eu negociava na presidência do sindicato, fui tesoureiro, secretário geral, vice-presidente, tinha muito empresário que achava que eu era economista. Mas, na época, nem curso universitário eu tinha. Fui fazer direito, tardiamente. Concluí em 2004, um ano depois do Vicentino. Estudei de 2000 a 2004. Fiz o básico em economia. E, durante o período, o MEC do governo FHC checava com o diretor da faculdade a frequência. Nem para disfarçar, não pedia a ficha dos outros alunos.